

# DECLARAÇÃO ALIANÇA IBERO-AMERICANA PARA O ACESSO À JUSTIÇA

**Hoje 31 de maio de 2022 nos reunimos para fundar, consolidar e apresentar à comunidade global, a Aliança Ibero-Americana para o Acesso à Justiça.**

A Aliança Ibero-Americana para o Acesso à Justiça é uma rede formada por representantes do vasto ecossistema que trabalham pela justiça na região, incluindo organizações internacionais, organizações não governamentais, organizações intergovernamentais, órgãos governamentais e estatais e organizações da sociedade civil, que representam, entre outros, ministérios da justiça, defensores públicos, ministérios públicos, indivíduos e academia.

Os que compõem esta aliança, e os que se unirem no futuro, buscarão unir forças para contribuir para a aceleração da implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16.3 na região. Para tanto, acreditamos ser fundamental promover um marco regulatório regional sobre o acesso à justiça, a geração de dados e informações que permitam conhecer a demanda e avaliar as políticas de acesso à justiça e desenvolver planos e modelos de justiça voltados para as pessoas.

Nossa ação conjunta tem como pano de fundo a agenda de ação internacional estabelecida no relatório do grupo de trabalho Pathfinders (2019) “Justiça para Todos”, nas 100 regras de Brasília sobre Acesso à Justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade adotadas na XIV Cimeira Judicial Ibero-Americana em 2008 e atualizadas na Assembleia Plenária da XIX Edição da Cimeira Judicial Ibero-Americana, em abril de 2018, as Guias de Santiago para a Proteção de Vítimas e Testemunhas da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (AIAMP) (2008), atualizadas em 2010, e a Declaração Ibero-americana sobre o acesso à justiça como elemento essencial para enfrentar as desigualdades em relação ao impacto da COVID-19, assinada em Valparaíso, Chile, em 14 de janeiro de 2022, bem como as propostas e recomendações feitas pela sociedade civil da região no documento “Rumo a um acordo latino-americano de acesso à justiça”.

Como afirmou o Secretário-Geral da ONU em seu relatório “Nossa Agenda Comum” – parágrafo 23 – *“A justiça é uma dimensão essencial do contrato social, (...) A Agenda 2030 promete promover o estado de direito e garantir o acesso à justiça para todos (meta 16.3 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), mas muitos sistemas de justiça funcionam apenas para alguns”*. Portanto, ele se comprometeu a promover *“uma nova concepção do Estado de Direito, com base no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16 e na Declaração da Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral sobre o Estado de Direito nos Níveis Nacional e Internacional, 2012 (ver resolução 67/1)”*.

Esta declaração será guiada pelos princípios da justiça centrada nas pessoas, que foram incluídos na "Declaração da Haia sobre Igualdade de Acesso à Justiça para Todos até 2030" (2019), entre os quais: (1) Colocar as pessoas e as suas necessidades jurídicas no centro dos sistemas de justiça; (2) Fornecer uma resposta eficaz aos problemas de justiça; (3) Usar a justiça para a prevenção; (4) Proporcionar às pessoas os meios de acesso a serviços e oportunidades.

No actual contexto global e regional, após uma pandemia e as suas consequências sociais, económicas e políticas, é necessário reforçar os laços que mantêm as nossas sociedades unidas e reforçar o contrato social, para o qual é fundamental um serviço público de justiça que coloque as pessoas no centro, especialmente as mais vulneráveis.

Os países da Ibero-América compartilham uma herança cultural, linguística, social e institucional comum que facilita a geração de instâncias de colaboração e intercâmbio em escala regional. Por sua vez, os nossos países compartilham desafios comuns para avançar no acesso à justiça para todas as pessoas, entre os quais a necessidade de fortalecer a democracia, a modernização dos sistemas de justiça, a efetividade dos direitos dos grupos vulneráveis, a representação equitativa das mulheres e outros grupos minoritários em posições de relevância e decisão no sistema de justiça, a produção de informação actualizada e de qualidade sobre as necessidades jurídicas da sua população e a articulação entre os diversos actores, entre outros.

Nós que integramos esta aliança concordamos com o quanto é benéfico para os países da região contar com um marco ibero-americano para o intercâmbio de ideias, geração de sinergias e propostas em escala regional para alcançar avanços significativos na implementação de ODS 16.3, promover as experiências dos países, promover a geração de conhecimento baseado em evidências orientadas para a ação, potencializar os espaços de conversação regionais e inter-regionais, promover espaços de intercâmbio de aprendizagem entre pares e destacar soluções inovadoras na Ibero-América.

Os membros da aliança trocaram ideias, apresentaram suas linhas de trabalho, exploraram estratégias para acelerar a implementação do ODS 16.3, discutiram oportunidades para a aplicação de modelos inovadores, identificaram as barreiras e obstáculos que enfrentam e consideraram recomendações e potenciais compromissos para alcançar a igualdade de acesso à justiça para todas as pessoas.

Para passar da justiça para poucos à justiça para muitos, os participantes consideram que é necessário direccionar todos os esforços para tornar realidade o ideal de justiça centrado nas pessoas.

Em primeira instância, a Aliança trabalhará para apresentar um **relatório regional de progresso** sobre o acesso à justiça em 2023, mostrando o trabalho realizado na região em torno de três eixos:

- **Dados e inovação** : Buscaremos dar um status da lacuna da justiça, por meio das seguintes ações:
  - Geração e análise de dados sobre a lacuna da justiça.
  - Geração e análise de dados sobre a exclusão digital e as TICs no ecossistema da justiça.
  - Geração e análise de dados sobre justiça aberta.
- **Marco normativo para o acesso à justiça** : serão envidados esforços para apoiar o processo de elaboração de um acordo normativo sobre o acesso à justiça de caráter vinculante para os países ibero-americanos no âmbito da Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-americanos (COMJIB), com o apoio da Cimeira Judicial Ibero-americana, AIAMP, Associação Interamericana de Defensores Públicos (AIDEF) e com contribuições da sociedade civil, do setor formal e de outros atores e redes regionais dedicadas à justiça. Além disso, será promovido o desenvolvimento de Planos Nacionais de Acesso à Justiça, no marco da Estratégia Regional de Acesso à Justiça do Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça da COMJIB.
- **Grupos em situação de vulnerabilidade, sem deixar ninguém para trás**: serão sistematizadas e relatadas as ações realizadas em relação ao acesso à justiça para grupos em situação de vulnerabilidade, entre as quais:
  - Justiça para mulheres
  - Justiça para meninas, meninos e adolescentes
  - Grupos afetados por múltiplas desigualdades estruturais, como pessoas com deficiência, pessoas pertencentes a comunidades indígenas e/ou outras diversidades étnico-culturais, incluindo afrodescendentes, pessoas vulneráveis por vitimização, gênero e diversidade, migrantes, refugiados ou requerentes de asilo, pessoas em situação de deslocamento interno, pessoas em situação de pobreza e pessoas privadas de liberdade.

Os participantes destacaram a importância da diversidade dos membros da aliança, que facilita a troca de informações, o trabalho conjunto entre a sociedade civil e instituições governamentais, intergovernamentais e não governamentais, organizações internacionais e evita sobreposições e duplicações de esforços.

Estamos cientes da necessidade que a região apresenta em termos de apoio institucional e/ou financeiro para atingir a meta de acesso à justiça para todos. Por isso, em conjunto com a **Coalizão Ação Global pela Justiça**, pretendemos forjar novas alianças e fortalecer a colaboração, em linha com sua visão de um multilateralismo inclusivo e conectado, buscando a implementação de políticas inovadoras e baseadas em evidências, a fim de melhorar acesso à justiça para todos na região.

Esta declaração foi assinada em Haia, em 31 de maio de 2022, pelos seguintes organismos: Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos (COMJIB), Associação Interamericana de Defensores Públicos (AIDEF), Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (AIAMP), Centro de Estudos de Justiça das Américas (JSCA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundação Internacional para a Ibero-América para Administração e Políticas Públicas (FIIAPP), World Justice Project (WJP), NAMATI, Associação Civil para a Igualdade e Justiça (ACIJ), Rede Latino-Americana e do Caribe para a Democracia (REDLAD), Due Process of Law Foundation (DPLF), International Development Law Organization (IDLO).

Para mais informações sobre Pathfinders e a aliança: [www.justice.sdg16.plus](http://www.justice.sdg16.plus)



CONFERENCIA DE MINISTROS DE JUSTICIA  
DE LOS PAISES IBERO-AMERICANOS

COMJIB



Enrique Gil Botero  
Secretário-Geral

PNUD

DocuSigned by:  
*Jairo Acuña Alfaro*  
Jairo Acuña Alfaro  
051ADD3622B148D  
Lider de Equipe do Governança e Construção da Paz  
Hub Regional PNUD LAC

World Justice Project



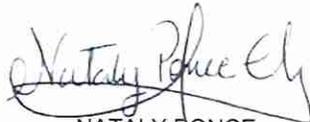
Elizabeth Andersen  
Executive Director

AIDEF



Dra. Stella Maris Martínez  
Coordinadora General

CEJA



NATALY FONCE  
Directora Ejecutiva

ACIJ



Sebastián Pilo  
Co-Director

FIIAPP



Anna Terrón i Cusi  
Directora



Juan Agustín Meléndez Duplaquet  
Fiscal Nacional (S)  
Ministerio Público de Chile

NAMATI



Luciana Bercovich  
Network Manager  
Coordinadora para Latinoamérica